

Vigência e Relevância de *Dialética da dependência* à Luz de Marion Greenwood

Roberta Traspadini* e José Gilberto de Souza**

Resumo

O presente texto, em homenagem aos 50 anos da obra de Ruy Mauro Marini *Dialética da dependência*, tem como objetivo trabalhar as categorias centrais *imperialismo*, *dependência* e *superexploração*, a partir de um diálogo com o painel pintado por Marion Greenwood. Dividimos o texto em três seções: 1) A Revolução Mexicana e a centralidade do popular; 2) O moderno muralismo mexicano e a centralidade do popular; e, 3) A *Dialética da dependência*, o popular superexplorado na América Latina, à luz da imagem mural *A industrialização do campo*. Ao final, respondemos às seguintes questões: o que é o popular, este que salta das imagens murais mexicanas? Que relação há entre o popular, como categoria analítica, e a superexploração da força de trabalho na América Latina e o Caribe?

Palavras-chave: *Dialética da dependência*. Popular. Muralismo.

Resumen

El presente texto, en honor al cincuentenario de *Dialéctica de la dependencia*, de Ruy Mauro Marini, pretende trabajar las categorías centrales de imperialismo, dependencia y superexplotación, a partir de un diálogo con el panel pintado por Marion Greenwood. Dividimos el texto en tres secciones: 1) La Revolución Mexicana y la centralidad de lo popular; 2) El muralismo mexicano moderno y la centralidad de lo popular; y, 3) La *Dialéctica de la dependencia*, lo popular superexplotado en América Latina, a la luz de la imagen mural *La industrialización del campo*. Al final, respondemos a las siguientes preguntas: ¿qué es lo popular, ese que salta de las imágenes murales mexicanas? ¿Cuál es la relación entre lo popular, como categoría analítica, y la superexplotación de la fuerza de trabajo en América Latina y el Caribe?

Palabras clave: *Dialéctica de la dependencia*. Popular. Muralismo.

Abstract

The present text, in honor of the 50th anniversary of Ruy Mauro Marini's *The dialectics of dependency*, aims to work on the central categories of imperialism, dependency and super-exploitation, based on a dialogue with the panel painted by Marion Greenwood. We divide the text into three sections: 1) The Mexican Revolution and the centrality of the popular; 2) Modern Mexican muralism and the centrality of the popular; and 3) *The dialectics of dependency*, the superexploited popular in Latin America, in light of the mural image *The industrialization of the countryside*. In the end, we answer the following questions: what is the popular, this that leaps out of the Mexican mural images? What relationship is there between the popular, as an analytical category, and the super-exploitation of the labor force in Latin America and the Caribbean?

Keywords: Dialectics of dependency. Popular. Muralism.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Doutorado em Estudos Latino-Americanos, UNAM-México (2000-2004 – não concluído). Atualmente é professora permanente do Mestrado em Relações Internacionais (Unila) e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC. Coordenadora do Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina (Obepal), UFES. Coordena o grupo de pesquisa Saberes em movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina, Unila.

** Doutor em Geografia Humana (1999), Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Livre-docência (2008), Universidade Estadual Paulista – (FCAV-Unesp, Câmpus de Jaboticabal). Pós-doutorado na Universidad de Salamanca (2010-2011). Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Nacional) 2016/2018. Secretário da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege) 2019-2021.

A história de todas as falsificações que operaram nessa concepção de Volkstum é longa, complexa e faz parte da história da luta de classes. Não a examinaremos mas devemos manter essa falsificação em mente sempre que falarmos de nossa necessidade por uma arte popular, para as amplas massas populares, os muitos que são oprimidos por poucos, a grande massa de verdadeiros produtores que sempre foram o objeto da política e que agora tornam-se o seu sujeito. Devemos lembrar as poderosas instituições que sempre impediram esse folk de desenvolver-se completamente, obrigando-o artificialmente a permanecer preso por convenções. E lembrar que o conceito de volkstümlich tem sido um conceito estático sem formação e sem desenvolvimento. Não usaremos essa versão do conceito. Vamos combatê-la. Nossa concepção de popular se refere ao povo, que não só está inteiramente envolvido num processo de desenvolvimento, como está na verdade dominando-o, forçando-o, decidindo-o. Temos em mente um povo que está fazendo a História, transformando o mundo e a si próprio. Temos em mente um povo combatente e também um conceito combatente de popularidade.

(BRECHT, *O popular e o realista*, 1937)¹

Introdução

O presente texto, em homenagem aos 50 anos da obra de Ruy Mauro Marini *Dialética da dependência*, tem como objetivo principal trabalhar as categorias centrais tratadas no texto (imperialismo, dependência e superexploração) a partir de um diálogo com uma das mais importantes expressões estéticas latino-americanas e caribenhas: o moderno muralismo mexicano, através da análise de um dos painéis pintados por uma das estudantes de Diego Rivera, Marion Greenwood. Localizado no mercado popular Abelardo Rodriguez, na Cidade do México, o painel foi pintado entre 1934-

¹ Em Brecht, o povo não é uma abstração. É o universo da classe trabalhadora, esteja formalmente, ou não, vinculado à trama da exploração. É essa composição da maior parte dos sujeitos, submetidos à lógica da dominação burguesa e do Estado burguês. Assim, não fere a leitura do método de Marx, porque entende que, nesse povo, já não cabe mais todo mundo, mas somente os que lutam contra as amarras da escravidão, seja ela moderna ou contemporânea. Situamos o debate que ora faremos, sobre o popular, nessa linha de Brecht (1967), do teatro dialético, que também é a de E. Thompson e de V. Benjamin. Na cotidianidade da luta social, exala a forma de ser, na memória, e de fazer história, do popular, esse sujeito sempre plural e diverso.

1935, no período de governo de Lázaro Cárdenas, no processo que ficou conhecido como Cardenismo. A obra *La industrialización del campo* de fato evoca dois movimentos fundantes da lógica imperialista: a expansão geográfica do capital como relação social, nas formas de produção não capitalistas – campesinas (LUXEMBURGO, 2009), e a exportação de capitais que altera profundamente a composição orgânica, acelerando a produção do valor e sua realização nos marcos das relações de troca no comércio internacional (MARINI, 2022).

Nesse texto o popular é a tônica das necessárias mediações entre o concreto e as imagens dos murais à luz do método marxiano, colocando no centro da análise o materialismo dialético em sua historicidade.

Entretanto, antes de correlacionar as categorias de *Dialética* à imagem mural, trataremos de um debate ainda pouco refletido, quicá ainda negado pela esquerda intelectual e partidária latino-americana e caribenha: a centralidade do popular, esse ser social que atua sempre na corda bamba da cooptação e formação alienada do capital e sua fonte própria e conflitiva de burla frente à ordem (MARTIN-BARBERO, 1997).

O popular é entendido como ponto de referência política e metodológica do debate de classe social, historicamente transitando ao modo de produção capitalista. Isto é, antes de conformar parte majoritária dos sujeitos latino-americanos e caribenhos em escravos ou servos (invasão colonial) e, posteriormente, em classe trabalhadora superexplorada, foi necessário retirar desses sujeitos suas histórias, suas memórias, suas terras e ontologias. Tomou-se o próprio popular para, posteriormente, fragmentá-lo e dominá-lo, a partir de um processo educativo que o torna passivo e sujeito às regras sistêmicas como naturais e divinas, ao mesmo tempo em que se tenta incitá-lo a compreender seus pares com os mais diversos estereótipos vinculados ao crime e ao castigo².

O popular é demarcado em sua centralidade na produção estética e cotidiana de uma história que, situada a partir da invasão colonial, tornou o próprio em não próprio, como mecanismo violento e sanguinário de subsunção e submissão. Tem-se o popular como o abrigo plural e diverso, anterior à constituição das classes sociais mercantis, imerso na transição de um mundo próprio, originário, condenado pela invasão genocida, etnocida e memorizada.

Na dialética do popular, evidencia-se, ao longo do processo de desenvolvimento capitalista dependente, tanto uma história falsificada, com ares de verdade (BRE-

2 Sem dúvida, a leitura da obra de Martin Barbero *Dos meios às mediações* foi decisiva para esse processo de construção. Junto com o grupo Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina, estamos, ao longo desse primeiro semestre, nos dedicando ao estudo da obra de Barbero para fortalecer nosso entendimento sobre o trabalho de memória e história que efetuamos nas prisões ao longo de 2021 e 2022.

CHT, 1937), do capital como algo natural, como a reiteração, no tempo presente, de uma gênese de resistência que aparece como risada, festividade, queima carnavalesca de seus rivais. É esta dialética que a forma linear de entendimento do popular não captura porque fragmenta suas próprias contradições e rupturas. Uma história oral em que o sagrado e o profano se mesclam gerando complexas sínteses entre o que se sente a partir do que se vive. Mas é esse mesmo popular que tem por estrutura ontológica a capacidade de superação.

Assim, como forma de colocar em debate as reflexões aqui propostas, dividimos o texto em três seções: 1) A Revolução Mexicana e a centralidade do popular; 2) O moderno muralismo mexicano e a centralidade do popular; e 3) *A Dialética da dependência*, o popular superexplorado na América Latina, à luz da imagem mural *A industrialização do campo*.

Ao final das três seções, pretende-se responder às seguintes questões: o que é o popular, este que salta das imagens murais mexicanas? Que relação há entre o popular, como categoria analítica, e a superexploração da força de trabalho na América Latina e o Caribe?

A Revolução Mexicana e a centralidade do popular³

As primeiras décadas do século XX foram decisivas para a consolidação das teorias do desenvolvimento na América Latina e, posteriormente, para o debate da dependência ocorrido nos anos 1960. Debate este que segue sem substituto real na batalha das ideias sobre a interpretação marxista da função que cumpre a América Latina e o Caribe na divisão internacional do trabalho ao longo dos dois últimos séculos regidos pelo imperialismo.

Antes mesmo da eclosão de duas grandes guerras mundiais e uma crise sem precedentes na história do capitalismo (crise de 1929), eclodia, na trama da luta de classes da América Latina e o Caribe, a Revolução Mexicana. Dita revolução, com traços próprios – indígenas e camponeses –, a exemplo da singularidade da Revolução Haitiana protagonizada pelos jacobinos negros, em 1804, entrava em cena questionando a violência da tirania imperialista dos capitais e Estados hegemônicos, em especial o estadunidense, sobre os povos do continente.

À luz dos *sombrieros* e das indumentárias das *Adelitas*, o México se levantava em armas contra o empobrecimento instituído pelo capital, a partir das diversas

³ Para este item, utilizamos como referências principais: Martin-Barbero (1997), Bonfil Batalla (2019), Cueva (1986) e Baez (2010).

expressões do universo do trabalho que habitam o sentido do popular – entendido o popular como a produção territorial da história das resistências, dos vencidos (LEON-PORTILLA, 2003), dos de abaixo (AYER..., 2021), suscetíveis às opressões e particulares explorações na dinâmica do capital; o popular, cujas cores das resistências foram, ao longo do tempo, subsumidas à condição de coisa na produção de seu próprio drama, como produtor da riqueza mercantil, mantendo viva a necessidade própria de existência/sobrevivência.

Esse marco de produção territorial das resistências se processa não como um aspecto mecânico de “área geográfica”, ainda que se processe uma relação espacial centro-periferia de relações econômicas de dominação. A produção territorial das resistências é engendrada pelo conjunto de práticas socioespaciais das quais o popular referência teórica e metodologicamente novas lógicas de poder. A centralidade epistêmica do território são as relações de poder (SOUZA, 2009), e o popular elabora novas tramas que são capazes de estabelecer constructos territoriais contra-hegemônicos ao capital.

Assim, o popular, partindo do método de Marx, é esse território cuja análise tem como ponto de partida, e de chegada, a história da luta de classes. E as classes sociais estão situadas no tempo histórico do modo de produção capitalista, desde sua gênese à atualidade.

Nos termos de Cueva (1986), as classes sociais são conformadas por modos de produção específicos, como o escravismo, o feudalismo, o capitalismo. Especificamente no capitalismo, são instituídas pela lógica da propriedade privada dos meios de produção, associada à lei do valor, à teoria da exploração. Seguindo esse raciocínio, antes de sermos escravizados, os nossos grupos diversos, originários, foram tornados uma massa sem história e sem memória – o avesso do que havia na materialidade concreta de suas vidas, em que parte do continente (Abya Yala) inclusive possuía histórias, relações, estrutura de poder bem demarcadas a partir de suas próprias estratificações sociais.

Assim, antes da imposição da escravidão, foi necessária a destruição dos modos de vida originários, uma parte modos comunais, outra parte modos de produção com estratificação social mediada por guerras territoriais (CARDOSO, 1981). Isto é, o popular presente na história determina um processo de apropriação do espaço e impõe novas determinações territoriais como estado e movimento destas práticas na luta contra-hegemônica ao capital – de forma que se entende a necessidade de reflexão em um duplo sentido: da análise do Estado como situação e/ou determinação histórica em relação de classe quando analisamos os indígenas e as lógicas de espoliação; e do aprofundamento sobre a própria luta de classes quando analisamos

diretamente a dimensão proletária e as formas de superexploração da força de trabalho. Desse modo, entre espoliação e proletarização é que emerge o movimento, como direção de enfretamento destas determinações, na formulação do popular. Então, o universo político, econômico, cultural e social das sociedades pré-colombianas foi substituído pela história da invasão colonial, na qual espoliação e superexploração são expressões concretas na determinação de suas (r)existências. Homens e mulheres com uma produção ontológica variada e abundante de vida foram transformados em “povos bárbaros”. É desse universo de massacre coletivo real e formal, no qual transita a história e o poder oficiais, que o popular se origina na América Latina e o Caribe.

Tem-se, portanto, o popular como campo de abrangência teórica e metodológica dos sentidos do trabalho – servil, escravo, livre assalariado – e da cultura, presentes na história⁴. O popular se consolida como condição metodológica, epistêmica, política e cultural das resistências, em meio à existência subjugada pela ordem do capital, e seu par, o Estado-nação burguês (MARTIN-BARBERO, 1997). Se a classe social é entendida como a relação imediata direta entre a produção/apropriação social da riqueza mercantil, o popular é um território, um habitat a partir do qual essa classe diversa, complexa e imersa nas tensões/contradições da luta, cotidianamente respira tanto os pós-contaminados do capital como as sementes históricas da resistência, ambos entranhados e estranhados um no outro (como espaços). O popular é a síntese dialética entre espaço e território, uma vez que ele é mesmo uma forma de apropriação do espaço e, simultaneamente, de produção territorial quando instaura nessa mesma espacialidade uma outra lógica de poder.

É dessa indissociável relação entre a classe (território) e seu universo diverso (espaço), que o popular (economia, sociabilidade, cultura), se põe a pensar a experiência e ao mesmo tempo constituir o “modo de alcançar o que irrompe na história com as massas e a técnica”, nos termos de Walter Benjamin (1987, p. 306). Dessa forma, o popular transborda o sentido de classe, que o integra, por ser uma dimensão social mais ampla e territorializada entre a diversidade dos oprimidos e superexplorados, no que diz respeito à América Latina e o Caribe. E, ao mesmo tempo, torna o universo do trabalho alienado à trama mesma de sua existência.

4 Sobre os povos originários do nosso continente, estudar sua formação social, política, econômica e cultural exige, epistemologicamente, afastar-nos da matriz racional instituída pelo Ocidente para entender o passado, cujas raízes são outras que não as desse sentido de razão. No entanto, os povos maias, astecas, incas possuíam, cada um em sua formação própria, estruturas concretas de poder, de riqueza e de hierarquização entre os grupos. Mas é possível nominar da mesma forma processos tão distintos e tão pouco estudados por nós? Pensamos ser mais complexo do que nos permite fazer uma mera análise comparativa.

E isso se dá a tal ponto que, mesmo quando a diversidade camponesa, indígena e quilombola não integra o sentido de classe operária do setor produtivo industrial, se relaciona com esta, desde e como popular. Ainda que essa diversidade não se constitua como classe, tem sua existência demarcada nos conflitos de uma relação desigual. Os conflitos sociais são como a epiderme da luta de classes que produz todas as formas destrutivas desses sujeitos sociais. Esse processo torna o território popular decisivo em seu caráter de emancipação, dado que suas profundas determinações se manifestam como constitutivas de uma concepção ontológica da realidade social, na qual os sujeitos sociais produzem suas condições objetivas e subjetivas de existência e, por isso, constituem uma unidade entre método, teoria e concretude histórica (o real concreto). A diversidade e a pluralidade enredadas na trama do popular como resistência, existência para além do capital, repletas, não sem contradições, de memórias, histórias, vidas para além das mutilações vivenciadas, guardam o sentido de unidade daqueles que “[...] sofrem de uma só vez todas as calamidades e todos os horrores de duas épocas: a das relações de dominação da economia natural tradicional e a da exploração capitalista mais moderna e refinada” (LUXEMBURGO, 2017, p. 141).

O mesmo vale para o que se entende como periferias rurais e urbanas, termos instituídos pela hegemonia da indústria cultural para reificar a desigualdade como normal e estereotipada. Tanto o campesinato como os sujeitos vinculados à esfera marginal de reprodução social direta do capital, compondo, ou não, o exército industrial de reservas, conformam a dimensão estética, política, econômica e cultural do popular. O popular é, assim, o ponto de referência da trama da desigualdade e cooptação, produzida pelo capital contra aqueles e aquelas que vivem não só da venda de sua força de trabalho, mas de uma existência à margem do âmbito formal, do assalariamento com direitos.

Diferentemente da dimensão política do povo/população, como pontuara Marx (1985), orquestrada pela lógica da organização padronizadora do Estado-nação à serviço da burguesia, o popular é o nexos presente na história, sempre no plural, das resistências em todo o mundo. Na produção, via indústria cultural, da ideia de povo, esses sujeitos políticos presentes no popular e ocupantes do universo diverso da exploração de classe, apenas eram receptores da projeção de Ordem e Progresso mercantis. Mas, se entendidos como sujeitos políticos orgânicos na relação-reação-revanche histórica, esses populares – ribeirinhos, camponeses, indígenas, quilombolas e trabalhadores em geral – enredavam outras histórias ocultas intencionalmente da história oficial e dimensionam tanto o conflito como o entendimento da dialética a partir da experiência de sobrevivência à lógica da propriedade privada da vida.

E, se no conceito de povo/população cabem todos os sujeitos de uma nação, como massa amorfa, vinculada a uma ideia de cidadania refém de uma sociedade política punitiva, no popular torna-se evidente quem são os sujeitos que, não tendo propriedades e tendo seus corpos como único meio de sobrevivência na sociedade mercantil, se tornarão a peça-chave da produção de riqueza mercantil, seja na forma de operários fabris, de camponeses, de trabalhadores informais e/ou não pagos. Estes e estas conformam os rostos do popular. A classe trabalhadora, portanto, é conformada por diferentes grupos sociais que precisam sobreviver dentro de uma lógica que insiste em restringi-los/as e igualá-los/as.

Nesse sentido, resulta assertiva a premissa do método de Marx de que o real concreto nada tem de povo como existência comum e igualitária na sociedade. O real concreto apresenta-se, de imediato, como a existência conflitiva e contraditória dos grupos e sujeitos sociais em condições materiais de existência muito diferentes na sociedade mercantil, seja na propriedade, no trabalho, na produção material e simbólica de vida. Assim, deve-se sempre partir do real concreto, suas contradições, como forma de avançar para uma análise mais profunda, que não aparece imediatamente no plano do real vivido: o concreto refletido.

Olhar a história a partir do popular que nos toca viver no tempo presente, significa dar vãsão à intenção de Benjamin sobre “pasar por la historia el cepillo a contrapelo” – frase que o historiador Adolpho Gilly utiliza para expressar, a partir do Sul Global, as vozes e os ecos das resistências, em *História a contrapelo. Una constelación* (2006).

Gilly argumenta que há muitas razões para escrever, escovar a história à contrapelo, das quais destaca quatro, a saber: a) para fazer justiça à vida dos milhares de sujeitos que foram relegados a ninguéns da história; b) para entender a correlação de forças, a partir das estratégias hegemônicas das classes dominantes; c) para recuperar as condições de existência do passado que interpelam o presente desde outras possibilidades que não somente as que se apresentam a olho nu, no imediato da vida cotidiana; d) para uma nova práxis revolucionária que, com os pés no presente, reivindique a história dos vencidos como protagonistas do devir.

Ao chegarmos no México da Revolução de 1910-1923, verificamos não somente que o popular, esse sujeito político secundarizado pela história oficial (GILLY, 2006), é prioritariamente camponês e indígena (e posteriormente afrodescendente), mas também que esses sujeitos carregavam, após cinco séculos de resistência, histórias e memórias para além da forma hegemônica de produção de uma existência. A eles se somaram outros sujeitos com consciência de classe sobre a tarefa histórica própria de seu tempo, ou seja, intelectuais orgânicos, operários fabris, professoras da educação básica e superior, artistas e muralistas que se vincularam ao campo político e estético

das resistências.

A dialética do popular/classe é constituída por esse complexo movimento de ser tecido pela lógica hegemônica a partir de seus mecanismos de dominação, ao mesmo tempo em que – de forma silenciosa ou em gritos – revela uma herança que transborda a contrapelo aquela lógica. Assim, na dialética do concreto, no mundo efervescente da pseudoconcreção (KOSIK, 1969), enquanto grupos sujeitados, estes homens e mulheres sofriam – via poder do Estado burguês e do capital – com a falta de terra, de trabalho digno, dos direitos constitucionais próprios, cópia formal dos lemas da Revolução Francesa, como um ideário comum reprodutivo no mundo (liberdade, igualdade, fraternidade). Sofriam por serem submetidos ao universo do direito, substituto concreto da vida em comunidade. Mas, na existência cotidiana do popular, mulheres e homens protagonizavam, via revolução, a rebeldia, a revolta e a solidária combinação de combater as raízes violentas do capital, enquanto produziam ou deixavam fluir sua própria história.

Vale lembrar ainda que, ao longo de cinco séculos (XVI a XX), a produção econômica, social, política e cultural diversa e robusta do nosso continente, somado ao processo de invasão também sofrido pelas diversidades étnicas da África, foi exterminada, saqueada, pilhada, retida e destruída pelos invasores produtores de um ideário de civilização. Transformaram a diversidade de hierarquias e horizontalidades presentes nas culturas do continente em sujeitos escravizados sem histórias e, não menos importante, violentados na memória.

Mas é a memória presente na oralidade dos cantos, dos lamentos, das tranças e das fugas que registra a presença na história de outras histórias. Sujeitos políticos diversos e suas culturas foram transformados em povos subjugados. Desterrados de suas construções cotidianas próprias, foram condenados a produzir a história oficial, cujo drama os condicionava à não existência protagonista da história.

O nascimento do popular na América Latina e o Caribe irrompe da destruição cultural e do memoricídio, inerente ao colonialismo (BAEZ, 2010). É anterior à condição de classe social vinculada à propriedade privada, mas terá nela uma de suas sustentações históricas após a consolidação do modo de produção escravista colonial (GORENDER, 2016). Logo, após o processo de invasão, o popular tem raízes nas escravidões indígenas e negras e na subjugação campesina, e transita do plural e diverso para o singular da espoliação, violação, expropriação e exploração.

A história do popular na América Latina e o Caribe, se combinada com a modernidade, necessita ser narrada na transição primeira das comunidades originárias massacradas pelas guerras sanguinárias coloniais. Neste continente, as raízes orais demarcam um passado muito presente de uma riqueza própria, transmutada à po-

breza mercantil e que, no entanto, insiste em expressar suas raízes originárias ao longo dos séculos, até o presente.

O moderno muralismo mexicano e a centralidade do popular

Entre a dimensão abstrata/padronizada do povo/população e a luta concreta do popular (sempre no plural e diverso), os/as camponeses/as-indígenas do México, associados/as a diversos outros grupos políticos, produziram uma nova história no continente ao longo dos 15 anos iniciais do século XX.

É essa dimensão popular, política e estética da revolução (1910-1923) que devemos entender como um bom esboço da vigência da *Dialética da dependência* dos anos 1960. A partir da centralidade do popular, a Revolução Mexicana produziu a complexa síntese entre a educação popular/cultura popular e a produção estética e científica de outros horizontes possíveis de captação da história em movimento, a contrapelo. Uma unidade de pores teleológicos secundários que alteraram em extensão e profundidade as práticas e as formas sociais. Engendram-se complexas formas de viver que vão colocar em movimento teleologia e causalidade, instituindo um ser popular, que possibilita essa nova existência e suas mediações complexas, originadas no trabalho (LUKÁCS, 2013).

O muralismo foi uma dessas mediações/expressões, e posteriormente o teatro do oprimido, dialético, e negro, a literatura popular e, não menos importante, a fotografia com o olhar sobre a beleza conflituosa dos “ninguéns”.

Entre os anos 1920 e 1970, a estética muralista fundia-se com a fotografia, com os jornais populares e com outras expressões culturais, e produzia uma síntese desse complexo processo enraizado na trama da revolução popular, frente ao caráter nacional ainda presente no continente, e as limitações resultantes disso. O muralismo abriu uma página da práxis estética latino-americana e caribenha, dando centralidade ao popular e suas histórias ao longo do tempo (HIJAR, 2020; ESQUIVEL, 2004).

Para Hajar (2020), somente tem sentido recuperar a história da estética latino-americana e caribenha se inserida na compreensão de como funciona a sociedade capitalista. Logo, essa história deve ser recuperada na forma que se constitui a extração do valor, o sobretrabalho, tendo como referência a totalidade caótica e violenta imposta por uma classe dominante (pequena proporção da população) ao campo majoritário de vida cotidiana da outra (universo do popular, a classe trabalhadora). Os pores teleológicos secundários, como o muralismo, são marcadamente mediados pelo trabalho, que impele à práxis social. Lukács (1978, p. 5) considera, portanto, que o ser passa a dar “[...] respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao

desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los”.

Nas histórias contadas nos muros, habita um passado e um presente repletos de outras dimensões, para além da lógica do capital – vestimentas, base produtiva do campo e alimentar, história oral com cânticos e poemas, retratada após densos processos de investigação sobre os povos pré-colombianos presentes em luta ao longo dos séculos de invasão e colonização.

Uma vez que estamos dando centralidade à “história contada a contrapelo”, refletimos sobre um dos murais mais importantes produzidos por mulheres neste período em que o moderno muralismo mexicano passava com primazia pelas trajetórias de Diego Rivera, Davi Alfaro Siqueiros e Clemente Orozco (TRASPADINI, 2019). As irmãs estadunidenses Marion e Grace Greenwood chegaram ao México nos anos 1930, período em que a Escola Mexicana de Artes estava consolidada e já era internacionalmente reconhecida pela centralidade que dava à dimensão estética e política dos murais. Ainda no bojo do nacional-desenvolvimentismo, a obra das irmãs no mercado Aberlado Rodriguez, antigo colégio de San Gregório, está situada juntamente com mais seis pinturas de outras grandes referências muralistas desse período⁵.

Vale lembrar que uma das características mais fortes do México profundo foram os mercados para trocas abundantes, como, por exemplo, Tlatelolco no período da invasão. O Vale do México abrigava um encontro de muitas culturas a partir da troca de bens diversos, oriundos de diferentes partes da região, situação que gerou espanto, perplexidade e surpresa tanto aos Jesuítas, como Bernard Sahagun, como nos relatos de Cortéz à Coroa espanhola. Em ambos, se situava a abundância e organização das trocas presenciadas. Bonfil Batalla explicita essa condição de trocas e encontros quando diz (BONFIL BATALLA, 2019, p. 91):

As trocas acontecem não somente nos mercados semanais. Em vastas regiões do México funciona um sistema de feiras anuais frequentadas por habitantes de zonas muito distantes e de produção diversa. Organiza-se, assim, o movimento de produtos costeiros e de terra quente em direção ao e a partir do altiplano. São, em alguns casos, feiras multitudinárias que, no transcurso de uma semana, recebem muitos visitantes, comerciantes, intermediários e produtores diretos. O motivo central é religioso, por exemplo, uma festa de uma imagem venerada, de fama regional ou nacional. Mas ao acudirem à feira, cumprem simultaneamente muitas funções. Os visitantes pagam uma benção ou pedem um favor divino. Aproveitam das danças,

5 São eles: 1) Pablo O’Higgins, com a obra *La lucha de los obreros*; 2) Antonio Pujol, obra: *Los alimentos y problemas del obrero*; 3) Miguel Tzab Trejo, obra: *Historia de los mayas y los aztecas*; 4) Ángel Bracho, obra: *La influencia de las víctimas*; 5) Isamu Noguchi, obra: *La Historia de México*; e 6) Raúl Gamboa, obra: *Los mercados* (AGUIRRE, 2018).

da música e dos jogos pirotécnicos. Veem conhecidos que encontram todos os anos. Trocam notícias e brindam com eles. Vão ao médico. Vendem e compram, vivem, enfim, um momento de festa em meio às tarefas do ano. Muitas feiras têm sido celebradas durante séculos nos mesmos lugares. Os visitantes vindos de povoados distantes referendam, com sua presença anual e suas cerimônias, uma relação particular com outros povoados, provavelmente, oriunda de tempos anteriores à invasão europeia.

Assim, o popular que resistiu ao longo dos séculos de espoliação, seguiu utilizando as ruas para sua sobrevivência e existência. Logo, uma das políticas nacionais desenvolvimentistas de “limpeza das ruas” foi a consolidação dos mercados populares, a tomada do popular. O mercado Abelardo Rodriguez (então presidente do México), em 1934, unia as histórias do fim do processo revolucionário e da retomada das reações de reincorporação do país às lógicas mercantis sob a hegemonia estadunidense.

Entre as práxis estéticas dos discípulos de Rivera, presentes nos muros, e o popular organizado pelo Estado dentro de um controle arquitetônico, habitam múltiplas mediações. Na mediação entre o externo e o interno aos muros, aparecia a tensão dialética e conflitiva em duas dimensões: o povo-Estado-nação; e o popular presente na história da Liga dos Escritores e Artistas Revolucionários vinculados à internacional comunista, da qual os/as muralistas faziam parte. No entanto, das tensões, vigora a vitória do Estado-nação, sobre o popular, o que significa reiterar a vitória do valor de troca sobre o valor de uso (LINERA, 2019; ECHEVERRIA, 1998).

Marion Greenwood pintou cinco peças no Mercado Abelardo entre 1934-1935: 1) *Los alimentos y su distribución sobre el canal de la Viga* (pintado em uma peça); 2) *La industrialización del campo* (pintado em quatro peças) (AGUIRRE, 2018)⁶. Para uma análise histórica, teórica e política da imagem, tendo como referência a centralidade do popular, utilizaremos uma das peças de *La industrialización del campo*:

⁶ Cabe destacar que, além do debate da industrialização do campo, os outros três painéis que compõem essa obra referem-se: 1) à questão da mineração, que era controlada por um pequeno número de grandes capitais estadunidenses: American Smelting and Refining Company, American Smelting Security Company, Green Cananea Copper Company, Green Gold and Silver Company e Travers Durkes Coppers; 2) à exaustão e aos acidentes de trabalho nas minas; 3) à mediação entre o trabalho na mina e a organização da luta dos próprios trabalhadores e suas famílias; 4) à necessária luta de classes, aludida a partir do painel que dá centralidade à frase de Marx e Engels presente no *Manifesto do Partido Comunista*: “trabalhadores do mundo uni-vos!”, que está sendo fixada por dois trabalhadores, um operário e um camponês.



Figura 1. *La industrialización del campo*

Fonte: Greenwood em Mulcahy (2020).

No centro do painel está retratada a luta contra o imperialismo e contra o fascismo produzida por camponeses, indígenas e operários. É uma compreensão direta das teses de Lênin acerca do imperialismo – a supremacia do capital financeiro monopolista que não mais dissocia suas frações de capital bancário e capital produtivo e que se assenta na exportação de capitais, e a tendência da piora da vida no campo e na cidade a partir da mecanização centrada no monocultivo extensivo.

Para Hijar (2020), a estética da práxis reafirma, na realidade concreta, a tirania da acumulação de capital contra o popular, a classe trabalhadora em seu universo plural e diverso. Expõe, portanto, a crise à qual estamos submetidos ao longo de todo o processo de desenvolvimento capitalista dependente.

No plano superior esquerdo, a muralista pinta a vitória da *Compañia azucarera El Mante de Tamaulipas*, centrada no trabalho não assalariado do camponês e do indígena, em um novo tipo de escravidão permitido pelo Estado-nação contra o popular. E, na base do mural, se encontra essa parte do popular que está fora do setor produtivo, da exploração direta e particular executada pelo capital nacional e/

ou transnacional no campo e na cidade industrializada. Poia .

Nos termos de Bambirra (2012, p. 47), podemos fazer a leitura mural de Marion Greenwood nos seguintes moldes:

[...] los intereses oligárquicos e industriales, aunque manteniendo su especificidad, se mezclan e se complementan, resultando de allí, en el plan económico e político-social, una serie de conflictos que no ocultan sus antagonismos, pero que los limitan a una situación de compromiso, base sobre la cual se asienta el sistema oligárquico-burgués en estos países. La burguesía industrial latinoamericana ya nasce limitada y comprometida con las clases dominantes oligárquicas. No solo porque o desarrollo de la industria se produce en el seno del sistema oligárquico (y por oligarquía entendemos todos aquellos sectores de las clases dominantes vinculadas directa o indirectamente al sector primario exportador, más los latifundistas que producen para el mercado interno o que le detentan la propiedad de la tierra sin hacerla producir mayormente) pero, también porque, en buena medida, el surgimiento de los empresarios industriales es producto de la simbiosis de sectores de la oligarquía (terrateniendo o minera o comercial exportadora) y de sectores industriales.

Nesse sentido, o mural narra a vitória do imperialismo sobre o espaço, dizimando os territórios que abrigaram a Revolução Mexicana, e agora abria passo à intensificação da miséria do popular (ponto de partida e de chegada; abrigo das resistências, universo do método marxiano pensado a partir da América Latina e o Caribe), regida, uma parte, por condições de trabalho particulares – a superexploração –, e outra parte, majoritária, condenada à exclusão da superexploração formal, mas nem por isso abrigada fora da totalidade do capital contra o popular, no qual se insere e se edifica o trabalho. Há uma dialética espaço-território na conformação da dependência. A destruição dos traços próprios de indígenas e camponeses esvanece seus territórios e eleva tal espacialidade como campo de disputa sobre o qual se funda ou se afirma um outro território, constituído de violência e tirania imperialista dos capitais dos Estados hegemônicos, em especial o estadunidense. O Estado-nação dependente torna-se, assim, um fetiche territorial, espaço representativo dos interesses externos. A forma território-nacional é uma cartografia de limites fluídos, o conteúdo do território é o capital, sua espoliação, violência, expropriação e exploração no “espaço mexicano”.

Assim, nos anos 1930, o capital financeiro intensificará, no México, e em toda a América Latina e o Caribe, a hegemonia dos Estados Unidos sobre essas espacialidades, os Estados nacionais e o uso privado da terra, vinculado à superexploração da força de trabalho. As vitórias da revolução são deixadas para trás, obliterando seus territórios, e o capital avança na sua ofensiva destrutiva para a recuperação de suas taxas de lucros, após a derrocada da crise que o assolava, como dono do mundo.

Mas a questão é: onde aparece o popular nessa imagem? Somente na base? Como

condenadas e condenados da terra? Ou também no trabalho no campo e na cidade sob a égide do capital?

O popular, em sua historicidade demarcada pelos nacionais-desenvolvimentismos dos anos 1930, representa uma cidade repleta de sujeitos com feições, costumes, culturas do campo. O operariado fabril que produz o maquinário é tão indígena e camponês quanto o camponês e o indígena superexplorados do campo. Estes, somados aos e às descartados/as da exploração particular do continente, conformam o popular. Para o capital, são os ninguéns. Para o universo histórico a contrapelo, são os sujeitos herdeiros das resistências que, na condição errante da fome, se tornam miseráveis no campo e na cidade (TRASPADINI, 2022).

Bonfil Batalla (2019) insiste em dizer que não há uma substantiva diferença entre o mexicano da cidade e o mexicano do campo e que, portanto, a construção da ideia de mestiçagem é uma forma a mais de produção de um conteúdo racista e etnicista. Isto é, o que se define, na história oficial, como mestiçagem, tem muito mais uma carga cultural do que biológica. Essa mestiçagem é fruto de um processo violento, não de encontro de culturas, mas de superposição de uma sobre a outra, de sufocamento e apagamento do ser e sentir-se próprio – a morte da alteridade, nos termos de Dussel (1995).

Na trama desse processo de mutilações e violências, nasce um sentido nacional de povo mexicano, produto do Estado-nação ancorado nas políticas imperialistas, que tenta, a partir da ideia da mestiçagem, apagar a cultura indígena reiterada no presente. Sendo assim, houve “[...] uma mestiçagem biológica que com frequência foi produto da violência e uma permanência cultural que teve de se esquivar ou enfrentar diversas formas, as mais variadas, de opressão, imposição e negação” (BONFIL BATALLA, 2019, p. 64).

A história formal da mestiçagem é, na força dinâmica contrária, a contrapelo, questionada pela realidade dos traços indígenas presentes na maior parte dos corpos mexicanos. Isso afirma que esse popular será o alvo concreto da mais-valia tanto produtiva (MARX, 2011a) como ideológica (SILVA, 2017). Nos termos de Batalla, vincularam-se duas violentas políticas: a da lei do valor e a da enculturação. Dessas políticas, resultou um processo de “desindianização” das comunidades originárias. Um ato político violento de enraizar, na cultura importada, via primazia do espanhol e da ideia de belo e de moderno do Ocidente, o fim da cultura popular originária, via destruição e extermínio.

Nas palavras de Bonfil Batalla (2019, p. 65):

A desindianização [...] é um processo histórico, por meio do qual populações que originalmente possuíam uma identidade particular e distintiva, baseada em uma cultura nativa, são forçadas a renunciar a essa identidade, com todas as conseqüentes mudanças em sua

organização social e em sua cultura. A desindianização não é resultado de uma mestiçagem biológica, mas da ação de forças etnocidas que acabam por impedir a continuidade histórica de um povo como unidade social e culturalmente diferenciada.

A imagem mural de Greenwood revela o quanto a classe que produz a riqueza capitalista é, ao mesmo tempo, a que é conduzida tendencialmente à intensificação da exploração e da pobreza em escala mundial. No entanto, no capitalismo dependente, o desenvolvimento está diretamente associado à superexploração da força de trabalho, como um mecanismo de compensação da hegemonia dos capitais das economias centrais frente à subordinação dos capitais nacionais latino-americanos e caribenhos.

O nacional-desenvolvimentismo iniciado nos anos 1930 na América Latina e o Caribe revela sua faceta estruturante: a migração contínua do campo para a cidade (êxodo rural forçado), as condições de piora no campo com a intensificação da mecanização ao longo do tempo, e a produção de cidades reveladas em sua tessitura desigual na produção geográfica dos espaços da dependência. Greenwood apenas expõe, em imagem, aquilo que o real concreto nos mostra acerca da produção material da riqueza mercantil contra a classe trabalhadora, matéria prima diversa e plural inerente ao popular.

A Dialética da dependência, o popular superexplorado na América Latina, à luz da imagem mural A industrialização do campo

Em 1973, Ruy Mauro Marini produz o ensaio *Dialética da dependência*⁷. Em seu texto *Memorial*, escrito para ser reintegrado à UnB na década de 1990, Marini nos dá um panorama didático, político e pedagógico acerca de seus estudos – o que lia, como estudava, com quem debatia, e quem formava – e faz uma interessante retomada de estilo literário e de investigação. Apresenta-nos suas insatisfações contidas nos textos iniciais, suas perdas de rascunhos, até chegar na edição.

Dialética da dependência, que em 2023 completa 50 anos, é, assim, uma obra que tem vigência por sua força teórica e política, e apresenta um guia de estudos abundante para quem se dedica a entender o passado e o presente da América Latina e o Caribe. Mas, ao começar pelas memórias, implicou situar a obra a partir da recuperação autobiográfica de uma vida repleta de comprometimento político, evidenciar um rigor teórico com afincamento no método marxiano e elucidar no tempo a trajetória de um intelectual orgânico.

Como ressalta o neurocientista argentino Ivan Izquierdo (2020, p. 21):

⁷ Sugerimos como fonte de pesquisa principal Marini (c2023).

“Memória” significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizado ou aprendizagem: só se “grava” aquilo que foi aprendido. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido. Podemos afirmar, conforme Norberto Bobbio, que somos aquilo que recordamos, literalmente. Não podemos fazer aquilo que não sabemos, nem comunicar nada que desconhecamos, isto é, nada que não esteja em nossa memória. Também não estão a nossa disposição os conhecimentos inacessíveis, nem fazem parte de nós episódios dos quais esquecemos ou que nunca vivemos. O acervo de nossas memórias faz cada um de nós ser o que é: um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico.

Marini retrata, no *Memorial*, de forma individual, um processo coletivo de produção da batalha das ideias, somado à profunda dedicação ao conhecimento emancipatório advindo do acervo de Marx e do marxismo-leninismo, mas situado nas perguntas do tempo presente em que se encontrava. Suas memórias, assim, são viagens guiadas pela teoria valor-trabalho de Marx, adaptadas à realidade desigual e combinada da América Latina e o Caribe na divisão internacional do trabalho do século XX.

Em suas memórias, Marini (2022, p. 77) situa o ensaio *Dialética* da seguinte forma:

Tal como ficou, *Dialética de la dependencia* era um texto inegavelmente original, tendo contribuído para abrir novo caminho aos estudos marxistas na região e colocar sobre outras bases o estudo da realidade latino-americana. A démarche teórica que ali realizei consistiu, essencialmente, em rejeitar a linha tradicional de análise do subdesenvolvimento, mediante a qual este se captava através de um conjunto de indicadores, os quais, a seu turno, serviam para defini-lo: o resultado não era simplesmente descritivo, mas tautológico. Assim, um país seria subdesenvolvido porque seus indicadores relativos à renda per capita, à escolaridade, à nutrição, etc., [...]. Tentando ir além dessa colocação enganosa, a CEPAL avançara pouco, ficando, como elemento válido de sua elaboração, a crítica à teoria clássica do comércio internacional e a constatação das transferências de valor que a divisão internacional do trabalho propicia, em detrimento da economia latino-americana [...]. Ao invés de seguir esse raciocínio e fiel a meu princípio de que o subdesenvolvimento é a outra cara do desenvolvimento, eu analisava em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana.

Como campo de debate, a dependência, ontem e hoje, insiste em aparecer na realidade tal qual ela é, independentemente dos nossos desejos. Nesse sentido, se há uma ordem internacional desigual, há também particularidades que compõem essa totalidade caótica. Assim, pensar os problemas do nosso tempo, vinculados à história e formação social latino-americana e caribenha, apenas tem sentido quando assumi-

mos uma posição na luta de classes que exigirá nos munirmos de uma boa teoria para efetuarmos os diversos combates.

Da forma como entendemos a vigência e relevância da obra *Dialética*, demarcamos quatro condicionantes estruturantes de sua força teórica e política:

- a) O caráter pedagógico: *Dialética* exige que situemos a obra no contexto histórico em que foi criada. Logo, é necessário retomar um período que revela a violência do autoritarismo contra todos e todas que ousaram levantar-se contra a ordem vigente do capital. Nesse período de ditaduras, o exílio gerou, contraditoriamente, dores (torturas, assassinatos, prisões etc.) e sabores/encontros latinos (Chile, México e América Central como lugares de abrigo dos exilados).

O contexto das ditaduras latino-americanas e caribenhas, ocorridas entre os anos 1960 e 1980, demarcou um tempo histórico de acirramento da luta de classes em plena conformação do imperialismo em sua fase madura e renovada de intensificação da ofensiva do capital contra o trabalho e os territórios. Esta condição, somada ao nazismo e fascismo vivenciados desde os anos 1920 na Europa, demarcariam uma nova fase da luta de classes em que o Estado democrático de direito burguês seria substituído pelos Estados autoritaristas, tendo cada país uma particularidade histórica própria no conjunto das violações mundiais, gerais.

Disso resulta ser impossível entender *Dialética* como uma obra da economia política crítica, sem teoria do Estado ou análise de superestrutura. Na boa acepção do método marxiano, o texto e o contexto são indissociáveis, ainda que, no método de exposição, a obra chegue diferentemente aos leitores dos anos 1970, 1980, 1990, 2000. Cada tempo histórico exigirá uma leitura mais complexa da obra, porque mais intensos se tornaram os elementos constitutivos da lei do valor.

- b) O caráter histórico: *Dialética* explicita uma posição teórica na conformação do capitalismo dependente, sem, com isso, deixar de reforçar o papel que a economia colonial cumprirá na dinâmica internacional de constituição do capitalismo industrial do século XVIII. Para Marini, o nascimento do capitalismo dependente ocorre, na América Latina, no momento de eclosão e consolidação das independências formais. Logo, é da transição da economia colonial para a economia nacional que ocorrem as mudanças substantivas de se pensar os países do continente em suas relações internas e externas, no que tange à compreensão do desenvolvimento. Assim, o debate principal proposto pelo autor está inserido no século XIX em diante, quando das guerras de independência no continente. Nesse período, o capitalismo concorrencial transita para o capitalismo monopolista, mediado por uma grande crise no final daquele século. Além disso, uma economia, até então colônia inglesa, afirma-se

e disputa a hegemonia no século XX: os Estados Unidos. Portanto, entender o que está ocorrendo no plano mundial, para reiterar o grau de autonomia/não autonomia (dialética espaço-território) dos Estados nacionais e capitais nacionais para operarem no âmbito interno e externo, torna-se elemento central. No caso de *Dialética*: a história é tanto o palco da luta de classes como o palco do entendimento de como funciona a sociedade capitalista no século XX e quais as particularidades que ela assume em cada formação social concreta.

c) O caráter teórico: *Dialética* é uma obra que exige, primeiro, que se conheça a produção marxiana em quatro dimensões:

- Apreensão do método do materialismo histórico-dialético e seus respectivos níveis de abstração (do simples ao complexo; do concreto ao abstrato), além dos combates filosóficos e políticos. No debate marxiano do método, apresenta-se a originalidade de suas teses a partir de uma nova forma-conteúdo de apreensão da ciência e do seu papel político e politizador na formação das classes;

- Entendimento da teoria valor-trabalho, ou teoria da exploração capitalista, e das diferentes fases de produção/apropriação da riqueza socialmente produzida e privadamente apreendida, tendo como centralidade o entendimento da mais-valia absoluta, relativa e extraordinária;

- Estudo, rigoroso, do avanço da compreensão fenomênica de Marx ao longo do século XX, em especial pelos estudos sobre o Imperialismo e o Estado e a Revolução de Lênin;

- Análise das formações sociais e históricas latino-americanas e caribenhas.

Juntos, esses quatro elementos explicitam que o ensaio é mais do que um ensaio. É uma síntese complexa de estudos, que conforma, entre o que se escreve e o que se deixa subentendido, questões em aberto no tempo presente, com base na boa ancoragem teórica e metodológica.

d) O caráter político: *Dialética* integra uma práxis militante de um intelectual ainda pouco valorizado no pensamento social brasileiro. A função social e política de Marini é uma história à parte. Sua relação com a educação pública e com a formação política, imbricadas uma na outra, exige entender a distribuição dos tempos a partir dos cenários políticos concretos. Quanto maior a demanda por formação, menor o tempo para a produção intelectual imersiva. E, quanto maior o tempo da imersão, mais textos densos para a formação nos períodos seguintes. Além disso, Marini percorreu países do nosso continente e da Europa tanto como conferencista quanto como integrante do Movimento de Esquerda Revolucionária. Ler o *Dialética* entendendo seu papel na formação de quadros, da consciência da classe trabalhadora em particular, e do

popular em geral, torna a obra ainda mais necessária.

É da trama entre estes sentidos acima relatados que a obra *Dialética* transborda seu tempo histórico e uma pontuação específica a uma área de conhecimento, tornando complexa a compreensão e os temas de debates propostos: em especial, pela condição mais intensiva de aceleração do roubo do tempo histórico pelo mundo das necessidades objetivas de sobrevivência do popular e da classe que o dá vida: a trabalhadora.

Quiçá a imagem como fonte histórica contribua para a recuperação categorial proposta por Marini em *Dialética* (2022). Ao menos três delas estão presentes na imagem, logo, vejamos se o presente foi, ou não, capaz de apagá-las como força explicativa em nosso tempo histórico.

Primeira categoria: dependência. Nos termos de Ruy, a explicação categorial da dependência associa-se à autonomia, muito relativa, dos capitais nacionais da América Latina para disputar um espaço concreto na dinâmica internacional, dada a hegemonia dos capitais transnacionais na conformação de seus territórios – espaços extrovertidos (BAYART, 1989). Ou seja, significa que há uma relação desigual entre os países que compõem a nova fase da divisão internacional do trabalho. Nos termos de Marini a categoria dialética, inerente ao desenvolvimento capitalista desigual, deve ser

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

Logo, quanto mais avança a dinâmica imperialista, tanto mais intensos são a dependência e os mecanismos internos que dão sentido à sua vigência concreta. Então, é impossível tratar da dependência, sem ter em consideração as diferentes fases do imperialismo.

Segunda categoria: imperialismo. Processo, segundo Lênin, a partir do qual a economia concorrencial é substituída pela era dos monopólios, em que uma de suas principais características é a exportação de capitais, efetuada pela fusão entre o capital bancário e o capital produtivo, dando vida ao capital financeiro. Essa fase, caracterizada pela oligarquia financeira e seu poder mundial, define o mundo entre os capitais mandatários da nova ordem e seus Estados nacionais pares, em contrapartida aos capitais subordinados e seus Estados nacionais dependentes. O imperialismo é uma nova fase econômica, política, social e cultural que tem como característica a mobili-

dade do capital financeiro em uma nova forma-conteúdo de anexação colonial: apropriação privada das terras, dos recursos naturais e trabalho livre, cujo assalariamento dependerá das realidades internas de cada economia.

Terceira categoria: superexploração da força de trabalho. É a principal elaboração categorial de *Dialética*. Sua explicação está situada na particularidade histórica da América Latina, naquilo que Ruy denomina como a função social que nosso continente cumprirá na nova fase da divisão internacional do trabalho, protagonizada pelo imperialismo. É o elo conector entre imperialismo e dependência, e tem a ver com três determinações centrais advindas da hegemonia do capital financeiro: 1) que define tanto a dinâmica de produção de valor, como a organização dos preços de monopólios no cenário internacional; 2) que amplia a nova forma de anexação “colonial” e tende a impor políticas de preços para os salários nacionais em condições abusivas; 3) que explicita o papel das formações sociais e históricas concretas na determinação de mecanismos de compensação à ofensiva do capital contra o trabalho no mundo.

A superexploração é uma categoria conectora entre as determinações externas de produção do valor e as compensações internas, executadas pelas burguesias locais para compensar suas perdas no cenário mundial. Assim, essa categoria precisa explicar tanto a atual fase da lei do valor nas economias centrais, cuja tendência é sempre mais exploração, como nas economias periféricas, cujo nascimento do trabalho livre, após as alforrias formais, não necessariamente reais, ocorreu para estimular o aumento de produtividade média do trabalho no século XX.

Quanto mais o capital financeiro conseguir definir a política de preços do setor produtivo de bens intermediários, matérias primas e alimentares, tanto mais se altera a política de preço salarial nas economias centrais. E, à medida que os capitais financeiros centrais ganham essa disputa, o parco capital (“produtivo”) que atua nas economias latino-americanas, ainda em sua versão nacional, necessitará compensar dita condição reiterando a não diminuição de sua taxa média de lucro. Assim, os salários pagos a uma pequena parte dos trabalhadores formais na América Latina e o Caribe serão tensionados para baixo, consolidando, de forma mais rápida que nas economias centrais (uma tendência, segundo Marx, 2011a), salários abaixo de suas condições mínimas de sobrevivência. Mas não abaixo da lei do valor. Porque a própria lei do valor explicita-se pelo acirramento das desigualdades presentes na relação capital-trabalho e não por sua estabilidade igualitária.

Então, o que é a superexploração? É uma categoria que explica que, na particularidade do capitalismo dependente latino-americano e caribenho, a exploração ganha um contorno específico desde o nascimento do capitalismo e que, no plano mundial,

é processo projetado para o futuro, como a *forma de ser* do imperialismo no século XXI, como ponto de chegada nas economias centrais. No entanto, na América Latina e o Caribe, a superexploração foi, é, e sempre será, estrutura orgânica própria, com tessitura própria, demarcando o popular a partir de sua herança colonial: os muitos ninguéns jogados à margem do Estado e da própria reprodução básica do capital, desde o século XIX. Assim, na periferia do sistema-mundo, seu condicionamento está situado em uma divisão internacional do trabalho desigual e combinada (imperialismo e dependência). Sem isso, o próprio capitalismo deixa de existir, uma vez que sua característica central é a desigualdade real em todos os âmbitos da vida cotidiana.

Dito isso, o que vemos historicamente na imagem de Greenwood é a articulação/conexão entre as três categorias (dependência, imperialismo e dialética/superexploração). O capital financeiro monopolista, gigante detentor do dinheiro e dos meios de produção, define a forma de vida da diversidade de sujeitos que compõem o popular e constituem, na razão dialética, a classe trabalhadora. Além disso, esse mesmo capital conta com o aparelho do Estado-nação sede e fortalece, neste, as necessidades de cada tempo histórico: tirania direta (fascismo, nazismo, ditaduras), ou uma democracia formal (que, para o popular, representa de forma reiterada o Estado judiciário penal/criminal).

Essa relação de dependência do capital nacional em relação ao capital transnacional, define a dinâmica externa e interna do trabalho. E, quanto mais intensas as leis tendenciais, mais a base do popular na periferia se deteriora, como resultado de uma estrutura orgânica perversa: a superexploração.

Na imagem, os graus de superexploração nos anos 1930 são distintos entre: o operário da mineração e do petróleo; assalariado e sindicalizado; o trabalho não assalariado do camponês e do indígena no complexo da cana, com continuidade inclusive de trabalho escravo; um denso exército industrial de reservas forte, jogado ao azar da espoliação, da expulsão; e uma expressiva parte do popular relegada à fome, ou à sobrevivência por conta própria.

E mais, com a industrialização do campo, título da produção de Greenwood, explicitamos que se combinam, na superexploração da força de trabalho própria do nascimento do capitalismo dependente no início do século XX, a mais-valia absoluta (ampliação da jornada de trabalho), mais-valia relativa (maquinário e produção de semielaborados com aumento da composição técnica e orgânica do capital) e a mais-valia extraordinária (captação de parte da mais-valia do setor, apropriada por aqueles que saem na frente na concorrência monopolista).

A superexploração, portanto, presente nos anos 1930 no desenvolvimento capitalista mexicano através dos corpos indígenas, camponeses e operários, somada à exclusão de parte das e dos condenados da terra pela espoliação/expropriação,

expõe a particularidade do nosso desenvolvimento: a dependência, ante a força imperante do imperialismo.

É por isso que afirmamos que Greenwood pinta os temas que Marini apresenta no ensaio *Dialética*. Começar pela imagem tem uma relevante dimensão histórica sobre a práxis estética latino-americana (HIJAR, 2020), entendida como campo político. Nessa práxis estética, oriunda do papel que cumpre o muralismo na história das revoluções na América Latina e o Caribe, as categorias que saltam da tela ganham materialidade na realidade desigual do desenvolvimento capitalista dependente e exigem, ao nos vermos como o popular presente na imagem, uma revanche histórica: a consciência emanada da e para a luta de classes.

Dialética apresenta, em 1973, o que o Movimento Muralista dos anos 1920 aos 1970 insistia em reportar: o protagonismo do popular em sua diversidade e pluralidade. Pois, se a superexploração exige o entendimento de como funciona a produção capitalista, na América Latina e Caribe, isso não ocorre, desde o nascimento dessa dinâmica, com as independências formais, sem que uma parte grande do popular seja relegada à lógica dos ninguéns, dos de fora, dos à margem. Esses ninguéns definem o teor, para dentro da superexploração, que, na dinâmica para fora, depende do cenário internacional da luta de classes.

Por isso, não há como superar a tríade imperialismo-dependência-superexploração sem a revanche/rebelião do popular. Este sujeito plural e diverso que, silenciado, mas nunca silencioso, foi pintado pelos donos da ordem hegemônica, via história oficial, como revoltos populares. É contra esse levante, essa revanche dos “de abaixo”, que o Estado nacional ergue sua pomposa constitucionalidade. E executa um direito formal que não cabe na realidade dos que estão fora, ao mesmo tempo em que pressiona para uma maior intensificação, a superexploração: os “ninguéns”. Esses que conformam, nos termos de Galeano (2002, p. 26),

[...] os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: Que não são, embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não têm cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Dialética da dependência, 50 anos depois, segue dando vida à imagem de Greenwood presente no Mercado Abelardo Rodriguez e nas ruas atuais de Nuestra América. Juntos, o texto escrito e a imagem mural como fonte histórica, revelam uma América Latina presa aos grilhões da superexploração inerente ao capitalismo

dependente dos séculos XX e XXI.

Algumas considerações, ao final

As perguntas reflexivas que propusemos no início deste texto foram: o que é o popular, este que salta das imagens murais mexicanas? Que relação há entre o popular, como categoria analítica, e a superexploração da força de trabalho na América Latina e o Caribe?

Após o desenvolvimento do texto, entendemos que:

- 1) O popular é território, abrigo, ponto de partida, palco histórico da superexploração. É conformado por essa expressiva parte da população dos nossos países que vive ou da venda de sua força de trabalho, ou da condição de sobrevivência por conta própria, seja legal ou ilegal, legitimada ou não pela ordem do Estado burguês vigente. Compõem a tessitura de seu plural e diverso do mundo camponês, o indígena, o afrodescendente e as demais miscigenações que não foram capazes de reduzir os traços históricos e enfáticos das tradições desses grupos ao longo do tempo;
- 2) A superexploração como categoria analítica própria e particular do desenvolvimento capitalista dependente, imerso na realidade mundial imperialista, tem como raízes e margens de sua violenta ascensão o universo massivo do popular. Esse conjunto de pessoas que, à medida que o capitalismo avança no seu processo técnico-científico, coloca no âmbito informal um número expressivo de pessoas que passam a compor o exército industrial de reserva, tendendo a fazer pressão para que os salários sejam ainda mais baixos. Essa pressão tem a ver com a dinâmica da lógica de inclusão restrita do capital, como propaganda e projeção de sua ideia de progresso ao conjunto da população.
- 3) O popular é a dimensão de uma concretude histórica de práticas socioespaciais que objetivam romper com as determinações territoriais produzidas pelas lógicas de poder estabelecidas pela iminente expansão geográfica do capital. Essas determinações se expressam: i) na destruição e deterioração das condições de vida no campo e na cidade; ii) na alteração da composição orgânica do capital e ampliação da subsunção formal e real do trabalho; iii) na superexploração da força de trabalho; iv) na deterioração dos termos de troca e formas de realização do valor; v) na destruição do ethos dos sujeitos sociais, manifesta na desindianização, no descampesinato e no embranquecimento; vi) na composição dos monopólios, ampliando a perversidade do imperialis-

mo: a financeirização, que amplia a dimensão da dependência materializada no rentismo (AMARAL, 2012).

- 4) A superexploração é a forma e o conteúdo que uma parte da população sujeitada ao âmbito formal do trabalho vive como condição de salários abaixo de suas necessidades básicas de existência. E, simultaneamente, uma outra parte majoritária sequer tem essa condição, pois já nasce relegada à miséria das condições objetivas, manifestas como os ninguéns. Por isso Brecht insiste que o povo, de termo vazio, instituído pelo Estado burguês e sua ciência política oficial, passa a ter relevância, para a classe, à medida que avança a violência do capital contra o trabalho. Logo, vai ficando nítido, visto a olho nu, quem compõe o povo, logo, para quem devemos expressar todos os nossos esforços de elaboração, atuação, reação: à classe trabalhadora em suas diferentes posições no âmbito econômico, social, político e cultural. Fica evidente que não há o povo mexicano, ou brasileiro, ou latino, no geral, e sim na especificidade da classe trabalhadora e o universo dos ninguéns, segundo o capital e seu par, o Estado burguês.
- 5) À medida que o tempo é acelerado pela lógica tirânica da tecnologia e da técnica sobre a vida, com uma produtividade média do trabalho cada vez maior, tanto mais difícil se torna o ato educativo de estudar uma obra. *Dialética* integra, portanto, o hall de obras complexas que, com o tempo, ficam ainda mais inacessíveis, por conta da quantidade de outras obras que se subentende por conhecida: *O capital* de Marx (2011a), *O imperialismo* de Lenin (2011), as formações sociais e históricas latino-americanas e caribenhas.
- 6) É dessa tensão entre uma boa teoria e um bom combate que *Dialética*, se somada a outras importantes construções da estética latino-americana, se revigora. Revigorar é o ato de adquirir novas forças. A arte mural, a nosso juízo, revigora, se recuperada no tempo presente via práxis estética, o sentido teórico necessário ao bom combate.

Cinquenta anos do *Dialética da dependência*, em que o debate do desenvolvimento ainda não foi substituído e/ou superado pela práxis da revolução. Pensamento e linguagem anestesiados, exigem, como antídoto, um rememorar para revigorar. Marini, com seu exemplo de vida e sua obra, integra o grupo seletivo de intelectuais orgânicos que dimensionam, no popular, a luta de classes que devemos retomar, já!

É como insiste Hajar (2016, p. 23), é da construção direta de uma relação entre práxis e utopia, do que se trata. Ou seja,

La plenitud humana – como ejercicio armónico de razón, sentimentalidad y sensoriedad – es así impedida por una constante escisión de las facultades, todo lo cual exige a la estética una

crítica radical de éstas en bien de su integración. La fragmentación productivista propia del capitalismo y la división entre trabajo manual e intelectual son obstáculos fundamentales para la plenitud humana. La utopía positiva de construir la plenitud exige la deconstrucción de lo existente como problema de conocimiento, de ejercicio de la voluntad y de ejercicio de los sentimientos y las sensaciones. Pero esta plenitud deseable no sólo alude a la integración de razón, intuición, sentimientos y sensaciones, sino también a la necesidad histórica y social

Trata-se da luta pela construção, no nosso tempo, de uma organização popular em que aqueles sujeitos presentes – indígenas, camponeses, afrodescendentes –, parte presente na pintura de Marion Greenwood, saltem dos muros e, imersos na densa realidade da luta de classes atual, rebelem-se contra essa ordem tirânica, posicionando-se contra todo tipo de condição desumana produzida contra nossos corpos ao longo de mais de cinco séculos de invasão, antes colonial, agora, ainda, imperialista.

Referências

- AGUIRRE, Dulce Maria Pérez. Los murales de las hermanas Marion y Grace Greenwood en el mercado Abelardo L. Rodríguez en la ciudad de México (1935). *Letras Históricas*, n. 18, p. 227-257, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31836/lh.18.6328>
- AMARAL, Marisa. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AYER: la teoría y la práctica. 2021. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2021/04/30/ayer-la-teoria-y-la-practica/>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BAEZ, Fernando. *A história da destruição cultural da América Latina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BAMBIRRA, Vania. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.
- BAYART, François. *L'État en Afrique*. La politique du ventre. Paris: Fayard, 1989.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Brasília: Brasiliense, 1987. (Coleção Obras Escolhidas, v. 1).
- BONFIL BATALLA, Guillermo. *México profundo*. Uma civilização negada. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2019.
- BRECHT, Bertolt. O popular e o realista. En Luiz Carlos Maciel (seleccionador y traductor), Teatro dialéctico (págs. 115- 122). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *América pre-colombiana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CUEVA, Agustín. *A concepção marxista de classes sociais*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- DUSSEL, Enrique D. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1995.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. *La modernidad de lo barroco*. México, D.F.: Era, 1998.
- ESQUIVEL, Miguel A. Estética marxista en América Latina: extensión de la política en el arte y la cultura. La relación David Alfaro Siqueiros y Alberto Híjar. In: INSTITUTO NACIONAL DE BELLAS ARTES. *30 años 30 herederos teóricos y espacios estéticos: David Alfaro Siqueiros y Alberto Híjar*. México: CENIDIAP, 2004. p. 15-21.
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2002.
- GILLY, Adolpho. *História a contrapelo*. Una constelación. México D.F.: Era, 2006.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- HIJAR, Alberto. Algunas notas sobre vanguardismo. *Revista Arbitrariedades de Artes Visuales*, n. 45,

2020.

- HIJAR, Alberto. *La praxis estética*. Dimensión estética libertária. México: INAH, 2016.
- IZQUIERDO, Ivan. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2020.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LENIN, V. I. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011.
- LEON-PORTILLA, Miguel. *Visión de los vencidos*. México D.F.: UNAM, 2003.
- LINERA, Alvaro G. *Forma valor y forma comunidad*. Aproximación teórica-abstrata a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu universal. Bolivia: CLACSO, 2019.
- LUKÁCS, George. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013. v. II.
- LUKÁCS, George. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 1, 1978.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Textos escolhidos*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. v. II.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Introduction à l'économie politique*. Marseille; Toulouse: Agone; Smolny, 2009 [1925]. (Œuvres complètes, Tome I.)
- MARINI, Ruy Mauro. *Ruy Mauro Marini – Memória Español: Marini – Escritos*, 1990. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/#>. Acesso em: 16 out. 2023.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. *Dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo: Editora Expressão popular, 2022. 137-180.
- MARINI, Ruy Mauro. Memória por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. *Dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo: Editora Expressão popular, 2022. p. 57-136.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2011a. Livro 1.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. 10. ed. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985. v. 2.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MULCAHY, Joanne. *How the Art Students League shaped the life of twentieth-century artist Marion Greenwood*. Oct. 15, 2020. Disponível em: <https://asllinea.org/marion-greenwood-art-students-league/>. Acesso em: 13 out. 2023.
- SILVA, Ludovico. *Mais-valia ideológica*. Florianópolis: Insular, 2017.
- SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. *Agrária*, v. 10, p. 99-130, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i10-11p99-130>
- TRASPADINI, Roberta. *Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina*. A trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. São Paulo: Lutas Anticapital, 2022.
- TRASPADINI, Roberta. América Latina no século XX: revoluções, muralismos, imperialismo e dependência. *Revista Katalysis*, v. 22, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p566>